

# O GÊNERO JURÍDICO NA ESCOLA

**Solange Almeida de Medeiros**<sup>1</sup> (bolsista PIBEx/UEMS/LETRAS/Jardim;  
solangealmd@hotmail.com.).

**Prof<sup>a</sup> MSc. Adélia Maria Evangelista Azevedo**<sup>2</sup> (Letras/UEMS/Jardim;  
adelia@uems.br).

## Comunicação, Letras e Artes.

### Resumo:

O presente Projeto de PIBEx, “O gênero jurídico na escola”, tem por objetivo realizar um estudo do gênero jurídico com suas propriedades e suas características principais de apresentação e todas as suas formas de manifestações nos textos que circulam na sociedade, com a intenção de introduzir no meio escolar esse gênero que quase nunca é discutido com os alunos na escola. Muitos são os gêneros explicados na escola tais como: a poesia, a narrativa, as fábulas etc., mas o gênero jurídico muitas vezes nem são explorados no estudo da disciplina de Língua Portuguesa. Com isso, o projeto pretende mostrar para os alunos a forma do gênero textual jurídico, com a suas especificidades e assim introduzir a prática desse tipo textual nas produções dos alunos para que façam o uso desse gênero tão pouco conhecido por eles. Dessa forma, acrescentar novos conhecimentos de vocabulário e direitos descritos nos textos a serem trabalhados no projeto.

**Palavras chave:** ensino de Língua Portuguesa . ECA . direitos e deveres.

### 1. Introdução:

O presente trabalho está sendo desenvolvido na realização do Programa Institucional de Bolsas de Extensão PIBEx-UEMS, e tem como público alvo alunos do ensino fundamental (9º ano) de uma escola pública da cidade de Jardim. O projeto tem o propósito de levar ao aluno um conhecimento importante para as suas vidas como cidadãos que tem seus direitos e deveres descritos em leis que quase sempre não são entendidas por eles pela falta de conhecimento desse tipo de gênero textual que existe em nossa sociedade. Bakhtin (2003, p.261) afirma que todas as esferas da atividade

humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Sendo assim, o caráter e o modo de utilização da língua são variados como as próprias esferas da atividade humana. E o enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo temático e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais – mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional.

O presente trabalho é uma forma de atuar na formação dos alunos de ensino fundamental por meio da disciplina da Língua Portuguesa, com o estudo do gênero jurídico e a leitura de leis (ECA) existentes em nossa sociedade que muitas vezes não são compreendidas por aqueles que mais necessitam de gozar de seus direitos e isso acontece por pura falta de conhecimento e de interpretação desse gênero textual tão pouco estudado na escola. Segundo Garcia (2009), os textos de lei, em primeiro lugar, constituem um gênero próprio do domínio jurídico. Caracterizam-se pela forma peculiar; é o único gênero textual em que se usam *artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens* para expor a mensagem contida no texto legal. Na nossa cultura, tais são produzidos sempre na modalidade escrita da língua; seus emissores/produtores são os legisladores das várias esferas: municipal, estadual e federal; seus receptores/leitores são os cidadãos; o conteúdo da mensagem é bastante diversificado, versando sobre todos os aspectos da vida em sociedade, além de ser impositivo.

Assim faz-se necessário o estudo mais aprimorado de tal gênero tão presente em nossa sociedade, e a partir do presente trabalho pretende-se através da Universidade e com a sua junção com a comunidade levar esse conhecimento tão importante os alunos como uma contribuição para eles que são cidadãos que têm direitos e deveres descritos nas leis existentes. E dessa forma unindo a teoria e a prática através da ação extensionista.

## **2. Material e métodos**

A metodologia do Projeto de Extensão está sendo desenvolvida em etapas que serão descritas. Na primeira etapa, foi feito o estudo de bibliografias e escolha do material teórico que será utilizado como uma base para se trabalhar com os alunos que estão no ensino fundamental. Isso ocorreu nos meses de março, abril, maio, junho de 2010.

E na segunda etapa será a de aplicação práticas das atividades com os alunos do ensino fundamental que se realizará através de uma oficina de leitura e produção de textos em que eles terão explicações sobre os gêneros, farão atividades relacionadas e produzirão textos em diferentes gêneros. Tudo isso para que o aluno compreenda o que são os gêneros textuais e para depois ser focalizado o texto jurídico. Numa terceira fase o texto de gênero jurídico será mostrado para os alunos e relacionado com a ECA (Estatuto da criança e do adolescente) em que verão seus direitos e deveres e dessa forma irão utilizar o que foi aprendido.

A avaliação ocorrerá a cada encontro com aplicação de trabalhos a serem entregues no final de cada reunião.

### **3. Resultados e discussão**

Para este percurso iremos utilizar primeiro das considerações de Bakhtin (2003) com a definição de gêneros textuais. E as considerações teóricas da autora brasileira, a: Koch (2003).

Para Bakhtin (2003, p.263), os gêneros textuais discursivos circulam em mais de uma esfera, podendo ser de linguagem mais simples como é o caso dos gêneros cotidianos, ou do dia a dia como, por exemplo, receita de alimentos; talão de luz, água, telefone; bilhete, cartas pessoais, ou nas produções de linguagem ou estilo mais formal onde a linguagem não varia, como no caso dos gêneros da esfera burocrática (ofício, memorando), esfera científica (teses, livros), esfera jornalística (jornal, charge).

A diferença essencial entre os gêneros discursivos primários (simples) e os secundários (complexos), o segundo surge nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado, mas no processo de sua formação incorporam e reelaboram diversos gêneros primários (simples) que se formaram nas condições da comunicação discursiva imediata. (BAKHTIN, 2003, p.263).

Dessa forma, todas as nossas produções orais ou escritas realizadas pelo ser humano baseiam-se em formas-padrão que são modeladas e remodeladas em processos interacionais dos quais participam os sujeitos de uma determinada cultura. Assim como as esferas de utilização da língua são heterogêneas, os gêneros também apresentam grande heterogeneidade desde o diálogo cotidiano até a tese científica. Por essa razão que Bakhtin distingue os gêneros primários dos secundários. Os primeiros são constituídos em situações comunicativas ligados a esferas sociais cotidianas e os segundo são ligados a esferas públicas, e mais complexas, de interação social.

Na perspectiva bakhtiniana, os gêneros são tipos relativamente estáveis de enunciados presentes em cada esfera de troca: os gêneros possuem uma forma de composição, um **plano composicional**. Além do plano composicional, os gêneros distinguem-se pelo **conteúdo temático** e pelo **estilo**. (Koch, 2003, p.54)

O conteúdo temático é o assunto de que vai tratar o enunciado em questão, a mensagem transmitida. Já o plano de composição alude à estrutura formal propriamente dita (num cartão postal, por exemplo, o que sobressaem em sua composição são os seguintes elementos: destinatário, informação contida num campo à parte, além da saudação inicial, mensagem, saudação final e assinatura.). Por fim, o estilo leva em conta questões individuais de seleção e opção: vocabulário, estruturas frasais, preferências gramaticais.

Para se compreender o gênero jurídico é preciso entender o seu vocabulário que por sua vez é bem específico e com isso temos a necessidade de mostrar aos nossos alunos a importância de estudar esse gênero, já que está presente em nossa sociedade como regras (leis) a serem seguidas, e que tendo seus direitos e deveres descritos nestas leis, se faz necessário o seu estudo para que se tenha a sua compreensão.

Para tanto escolhemos o ECA (Estatuto da Criança e Adolescente), que foi instituído pela Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990. Esta Lei dispõe sobre a **proteção integral à criança e ao adolescente**, aplicando medidas, e expedindo encaminhamentos. Ela regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes inspirado pelas diretrizes fornecidas pela Constituição Federal de 1988, internalizando uma série de normativas internacionais, tais como:

- Declaração dos Direitos da Criança (Resolução 1.386 da ONU - 20 de novembro de 1959);
- Regras mínimas das Nações Unidas para administração da Justiça da Infância e da Juventude - Regras de Beijing (Resolução 40/33 - ONU - 29 de novembro de 1985);
- Diretrizes das Nações Unidas para prevenção da Delinquência Juvenil.

O Estatuto divide-se em 2 livros: o primeiro trata da proteção dos direitos fundamentais a pessoa em desenvolvimento e o segundo trata dos órgãos e procedimentos protetivos.

Esclarecemos que o presente Projeto encontra-se na fase da revisão bibliográfica, portanto no segundo semestre de 2010 haverá a aplicação na escola alvo e as discussões serão apresentadas oportunamente em outro evento científico.

## **5. Agradecimentos**

À Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da UEMS, bem como, à Divisão de Extensão pela oportunidade em participar do Programa Institucional de Bolsas de Extensão. Em especial à Coordenação de Letras – Unidade Universitária de Jardim.

## **6. Referências bibliográficas:**

Bakhtin, Mikhail.2003. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Pontes.

Koch, Ingedore Grunfeld Villaça. 2003. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez.

Garcia, Luiz Miguel Martins. **Gêneros textuais - A lei**. Disponível em <http://ldlj2009.blogspot.com> Acesso em: 06 maio 2010.

Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social. 2009. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: MEC.